

Promover um diálogo público-privado estruturado e regular para melhorar o ambiente de negócio e o clima de investimento em Cabo Verde

Roteiro de implementação

Abril 2022

Apresentação do roteiro

O presente roteiro propõe medidas concretas para implementar as recomendações do relatório sobre o Diálogo Público Privado (DPP) em Cabo Verde elaborado por consultores da ICR Facility em 2021-2022. Deve ser utilizado em conjunto com este relatório, que oferece um diagnóstico abrangente do DPP em Cabo Verde e faz recomendações para melhorar a sua eficácia. O estabelecimento de uma plataforma de DPP melhorará os processos de discussão, conceção, implementação e avaliação das reformas do ambiente do negócio e da competitividade, promovendo assim um desenvolvimento sustentável e inclusivo do sector privado cabo-verdiano.

Este diagnóstico e recomendações foram apresentados e discutidos durante um workshop participativo público-privado realizado na Praia, com participação online para participantes de outras ilhas, a 11 de Março de 2022. O seminário, foi aberto pela Sua Exa. o Sr. Vice Primeiro-ministro, Olavo Correia, S. Exa. a Sra. Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde, Carla Grijó, e o Sr. Presidente da Câmara de Comércio de Sotavento, Marcos Rodrigues. Os participantes dos setores público e privado validaram as conclusões do relatório e os consultores foram convidados a propor um roteiro para implementar as suas recomendações.

Conclusões chaves do relatório sobre o DPP em Cabo Verde

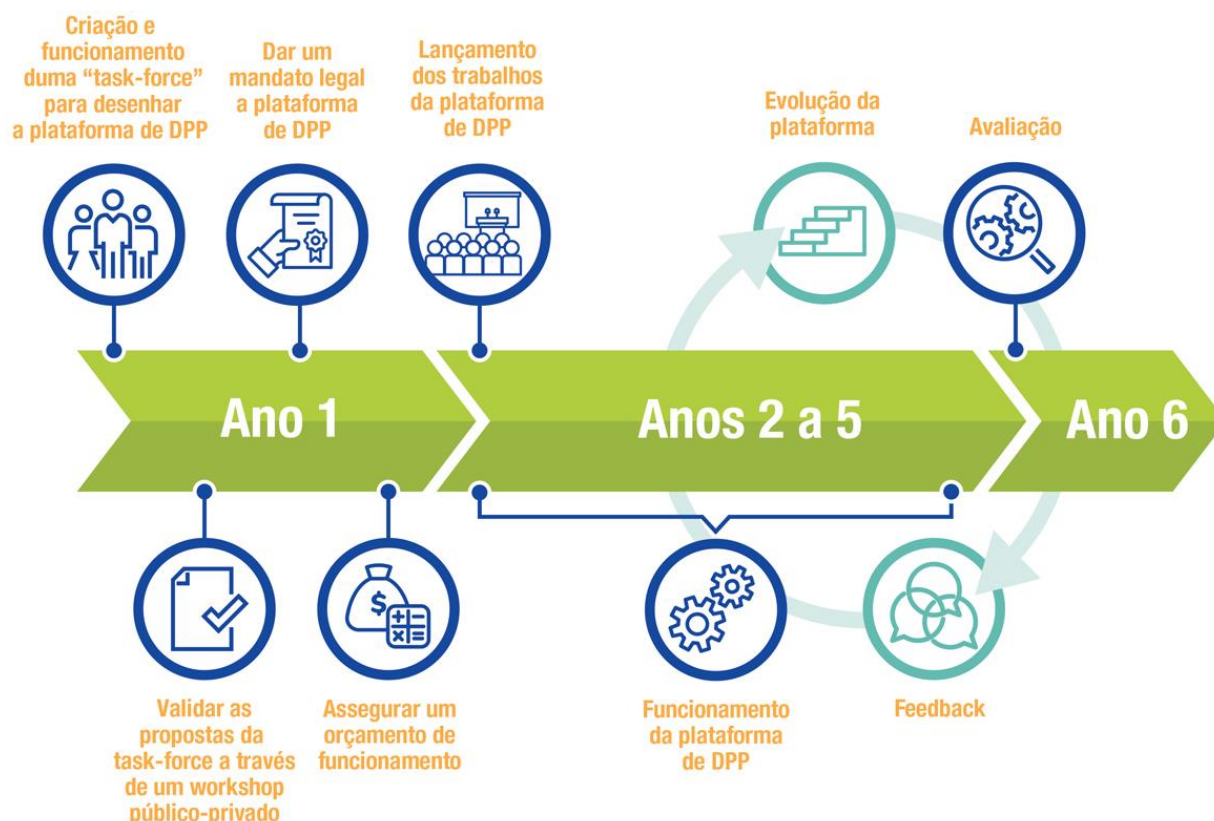
- ◆ O diálogo entre os sectores público e privado em Cabo Verde existe, mas não é estruturado, não é regular e não é inclusivo.
- ◆ Parece apropriado criar uma plataforma de diálogo público-privado sustentável (plurianual) sobre as reformas do ambiente de negócio e a competitividade em Cabo Verde.
- ◆ O mecanismo do DPP a ser posto em prática deverá resultar de um consenso, uma vontade comum dos sectores público e privado cabo-verdiano.
- ◆ O secretariado da plataforma é chave para a operacionalização do DPP em Cabo Verde e poderia ser assumido pela Unidade da competitividade, pelo Conselho Superior das Câmaras de Comércio, ou por uma entidade criada de raiz.

Implemented by

Roteiro para a implementação das recomendações sobre o DPP em Cabo Verde

Como o workshop participativo realizado na Praia a 11 de Março de 2022 validou as principais linhas do diagnóstico e recomendações acima referidas¹, ao mesmo tempo que destacou algumas questões pendentes, é possível propor um roteiro para uma implementação eficaz das recomendações do relatório. Como foi salientado durante a fase de diagnóstico, bem como durante o workshop participativo, é essencial assegurar que o relatório "não fique na gaveta". Por conseguinte, propomos aqui um roteiro tão pragmático quanto possível em cinco etapas conducentes à operacionalização da plataforma de DPP em Cabo Verde (Fig. 1).

Figura 1: Resumo do roteiro de implementação



Fonte: autores

1. Criação e funcionamento duma "task-force" para desenhar a plataforma de DPP

Recomenda-se a criação duma task-force (o grupo de trabalho) como um primeiro passo para estruturar o mecanismo de diálogo público- privado em Cabo Verde. O objetivo desta task-force será transformar as recomendações do relatório sobre o DPP em Cabo Verde em ações concretas conducentes ao estabelecimento e ao funcionamento da plataforma de DPP. A criação e funcionamento da task-force assegurará assim uma transição entre as recomendações do relatório de diagnóstico e o funcionamento efetivo da plataforma de DPP.

1.1. Tarefas da task-force

A task-force terá de propor:

- **Tópicos a ser cobrados pelo DPP.** O relatório sobre o DPP em Cabo Verde recomenda 6 tópicos: acesso ao financiamento, desenvolvimento das micro e pequenas empresas, ligações com o setor do turismo, desenvolvimento da agricultura, desenvolvimento do transporte inter-ilhas, Doing Business / Business Enabling Environment². Baseando-se na análise das experiências em outros país, e no interesse da eficácia da iniciativa, os autores do presente relatório recomendam um DPP com um foco estritamente limitado ao clima de investimento. Isto implicaria que as questões

¹ Referência do roteiro / link:

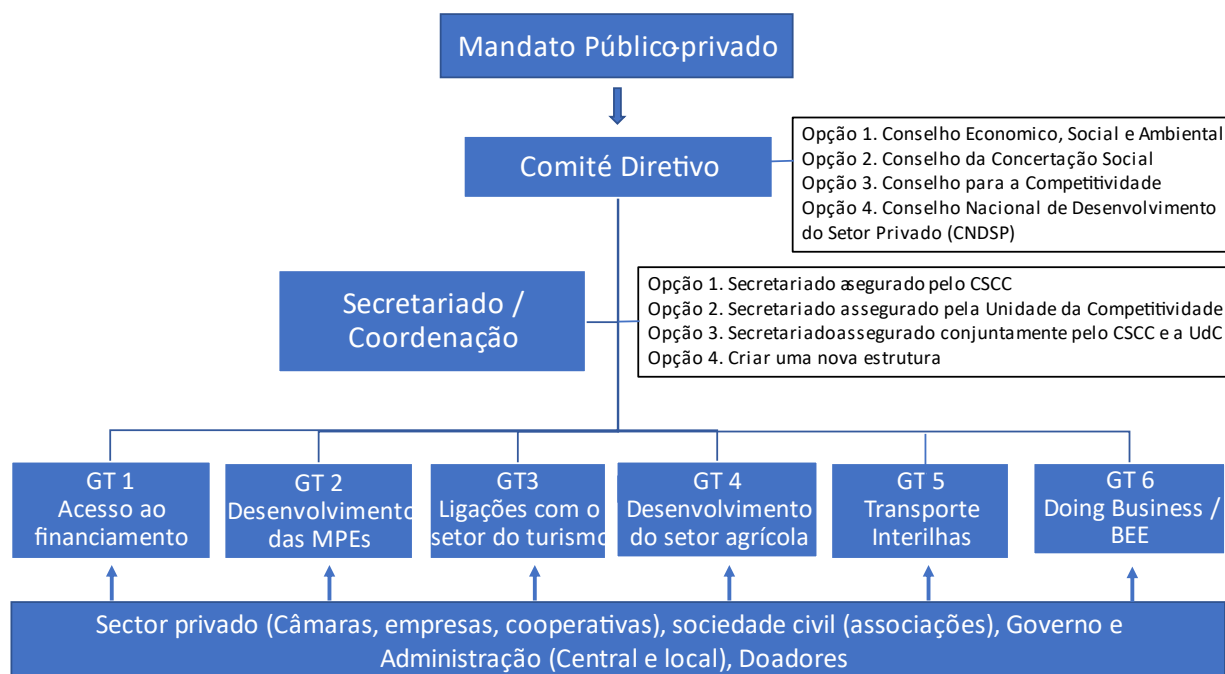
² O Grupo do Banco Mundial está a formular uma nova abordagem para avaliar o clima empresarial e de investimento nas economias de todo o mundo na sequência da descontinuação do projeto Doing Business.

sociais, embora obviamente essenciais para o desenvolvimento económico do país, não seriam tratadas pela plataforma do DPP, mas teriam de continuar a ser discutidas no quadro do Conselho de Concertação Social.

- **Participantes na plataforma de DPP:** representantes dos setores público e privado. A task-force fará propostas para a participação dos intervenientes relevantes no diálogo público-privado sobre a melhoria do clima empresarial, tendo em conta dois requisitos:
 - Representatividade: os participantes devem representar de forma inclusiva os sectores público (nacional e descentralizado) e privado (micro, pequenas, médias e grandes empresas);
 - Eficácia: a participação na plataforma de DPP deve ser limitada a instituições verdadeiramente relevantes e preocupadas em melhorar o clima empresarial. De facto, a inclusão de demasiados atores na plataforma torná-la-ia incontrolável e ineficiente. A proposta da task-force será baseada num justo equilíbrio entre representatividade e eficiência.

- **Estrutura da plataforma de DPP:** a plataforma poderia ter três níveis: um comité diretivo, um secretariado, e grupos de trabalho. Com base nas propostas contidas no relatório, a task-force fará propostas concretas para acolher o comité diretivo e o secretariado, e criar os grupos de trabalho correspondentes aos tópicos selecionados (ver anexo).

Figura 2: Proposta de estrutura dum plataforma de DPP em Cabo Verde



Fonte: autores

- **Mandato:** a task-force fornecerá contributos ao governo para a elaboração do mandato legal que estabelece a plataforma de DPP.
- **Facilitação:** a task-force fará propostas sobre a facilitação do DPP. O DPP beneficiaria de ser facilitado profissionalmente com pessoas e recursos dedicados, de modo a gerir eficazmente todos os aspetos do processo de diálogo com vista à obtenção de resultados.

1.2. Composição da task-force

A task-force poderia ser composta por:

- **Dois representantes do sector público**, por exemplo:
 - O Coordenador da Comissão Nacional de Coordenação do Fomento Empresarial (CNCFE)
 - O Coordenador da Unidade de Competitividade

- **Dois representantes do sector privado:**

- Um deles poderia ser designado pelas Câmaras de Comércio e Turismo, representando assim os membros das Câmaras.
- O outro membro poderia representar as PMEs. O coordenador da task-force poderia contactar aos participantes no seminário sobre o DPP realizado na Praia em Março de 2022 para procurar um voluntário.
- **Um consultor/facilitador.** Idealmente, o contrato deste consultor/facilitador seria apoiado por um doador, e representaria um trabalho a tempo parcial durante 9 meses a um ano. Potenciais doadores: EUD, ICR, GiZ, etc. O consultor / facilitador serviria como uma espécie de secretário permanente da task-force, marcaria as suas reuniões, prepararia as reuniões, e daria seguimento às mesmas. Ele faria propostas para serem discutidas com os outros 4 membros da task-force durante as suas reuniões. Se necessário, este consultor / facilitador também contactaria uma comunidade mais vasta de interessados para os consultar.
- Seria importante que a nomeação dos membros do grupo de trabalho tivesse em conta a necessidade de representar as diferentes ilhas do país.

1.3. Funcionamento e duração

- Reuniões semanais preparadas pelo consultor-coordenador.
- Os trabalhos da task-force poderia ser planeados para um período de 6 meses.

1.4. Produtos a entregar

- Um relatório intermédio com propostas de lista de tópicos a ser cobrados pelo DPP, de lista de participantes na plataforma, de estrutura numa plataforma de DPP, e de mandato.
- Apoiar a organização de um seminário de validação de propostas (ver abaixo);
- Relatório final com propostas concretas, validadas durante o seminário acima referido, para permitir o estabelecimento efetivo da plataforma e o início dos seus trabalhos.

2. Validar as propostas da task-force através de um workshop público/privado

- Deve ser organizado um workshop participativo público-privado para estudar e validar as propostas feitas pelo grupo de trabalho. Uma vez obtida esta validação, as recomendações podem ser implementadas.

3. Dar um mandato legal a plataforma de DPP

- Caberá às autoridades cabo-verdianas dar um mandato legal ou regulamentar à plataforma de DPP, em conformidade com as conclusões do seminário acima mencionado.
- Este mandato irá delinear a estrutura da plataforma e os papéis e responsabilidades dos seus órgãos.

4. Assegurar um orçamento de funcionamento

- Para além das ações acima referidas, será importante estabelecer um orçamento operacional, e identificar fontes de financiamento para cobrir estes custos.
- É necessário um orçamento de 100 a 200.000 euros por ano durante 3 a 4 anos. O orçamento dependerá de uma série de elementos, tais como:
 - Consultor como secretário permanente
 - Apoio em espécie das Câmaras e do Governo (espaço de reuniões, escritório para pessoal de secretariado, etc.)
 - Estudos técnicos
 - Trabalho descentralizado (eventos em várias ilhas)
 - Eventos
 - Número de tópicos abrangidos

- Após o apoio inicial que pode ser solicitado a diferentes financiadores (público, privado, e/o internacional), será necessário que a estrutura do DPP procure formas de se tornar autossustentável, pelo menos parcialmente.

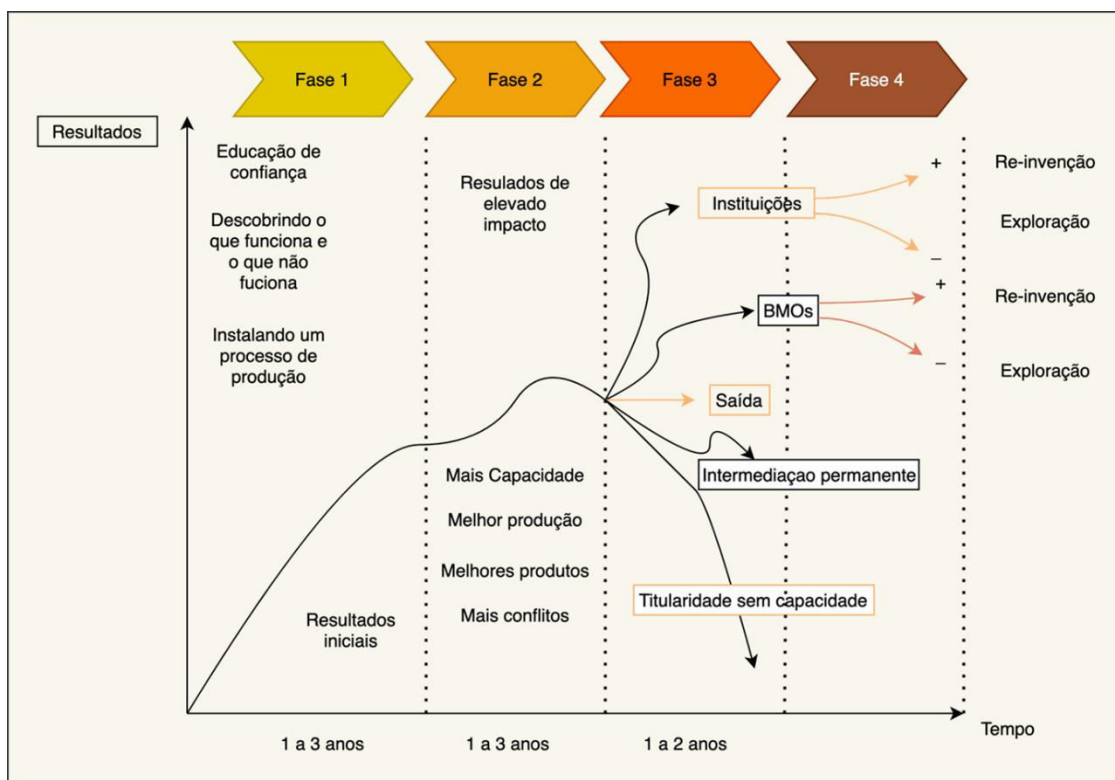
5. Lançamento dos trabalhos da plataforma de DPP

- Recomenda-se que seja organizado um evento público-privado para dar visibilidade ao lançamento dos trabalhos da plataforma de DPP.

6. Funcionamento da plataforma de DPP

- **Processo de “Open Governance”:** O DPP precisa de funcionar sob regras de governação abertas, transparentes e justas.
- **Abordagem faseada:** recomenda-se a adoção de uma abordagem faseada. Numa primeira fase, o DPP poderia concentrar-se num número selecionado de tópicos (por exemplo, 3 dos 6 tópicos identificados). Recomenda-se também começar com alguns tópicos que não sejam demasiado controversos. O objetivo desta abordagem é ter a estrutura a funcionar e, se possível, produzir alguns resultados iniciais. Isto reforçará a confiança entre os intervenientes e proporcionará "formação" antes de abordar, numa segunda fase, mais tópicos e questões mais complicadas, com resultados de impacto mais elevado.
- **Calendário dos trabalhos:** o secretariado poderá elaborar um calendário dos trabalhos da plataforma ao longo de 3 ou 4 anos.
- **Monitorização e avaliação:** a Monitorização & Avaliação é muito importante, mas deve ser flexível de modo a refletir em cada fase do seu desenvolvimento. Indicadores não padronizados, tais como uma melhor gestão de reuniões ou acompanhamento, podem ser tão importantes numa fase inicial de um DPP como a alteração de leis ou a introdução de Políticas em fases mais avançadas. Será importante pensar na monitorização e avaliação desde o início. Os indicadores para monitorizar e avaliar a iniciativa devem ser adotados em conjunto com a estratégia de implementação do DPP. Se necessário, devem ser recolhidos dados de base durante a conceção do projeto.
- **Plano de trabalho:** o plano de trabalho da plataforma terá em conta o gráfico abaixo que apresenta as quatro fases do ciclo de vida de uma iniciativa DPP.

Figura 3: Ciclo de vida do DPP



Fonte: "The PPD Handbook: A Toolkit for Business Environment Reformers"

7. Avaliação

- No final de um período pré-definido (digamos 3-4 anos), o funcionamento da plataforma terá de ser avaliado, utilizando um quadro pré-definido de monitorização e avaliação.
- A avaliação terá como objetivo identificar os pontos fortes e fracos da plataforma, áreas a melhorar, lições aprendidas, etc.

8. Timeline / Cronologia

- Ver figura 1.



ICR Facility
Rue de la Science 14b, 1040 Brussels – Belgium
www.icr-facility.eu